

EDUCAÇÃO

Entidade pede 50% das vagas da USP para a rede pública

da Reportagem Local

A Educafro, entidade ligada à Igreja Católica que organiza e mantém cursinhos comunitários, entrou ontem com uma representação no Ministério Público de São Paulo pedindo a abertura de uma ação civil pública para exigir que 50% das vagas de todos os cursos da USP sejam destinadas a alunos egressos da rede pública.

O promotor Luiz Sales do Nascimento, 34, que recebeu a representação, se mostrou favorável à abertura da ação, mas ainda não tem uma data para fazê-lo.

Entre os aprovados no vestibular da USP, em 1999, apenas 19,8% eram da rede pública de ensino.

Três Estados — Minas Gerais, Ceará e Espírito Santo — já entraram com ações contra universidades públicas, mas apenas Minas está com liminar favorável.

BREVES

Representação cobra vagas em universidade

Os grupos Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro), de São Paulo, e Projeto Universidade para Todos, de Vitória, entraram com uma representação no Ministério Público pedindo a reserva de 50% das vagas das universidades públicas para alunos da rede pública. Nos dois casos, o pedido baseia-se no argumento de que não há igualdade de acesso às instituições públicas. Na Universidade Federal do Espírito Santo, 86,7% dos aprovados em odontologia e 82,5%, em medicina vieram da rede particular. Em São Paulo e em Vitória, as promotorias estudarão o caso e poderão entrar com uma ação civil na Justiça.